

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLS nº 405, de 2016)

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo no Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2016, renumerando-se os demais:

“**Art.** Do produto da arrecadação da multa de que trata o art. 8º da Lei nº 13.254, de 2016, relativo às adesões ocorridas no período referido no art. 1º desta Lei, a União entregará 49% (quarenta e nove por cento) aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, na forma do art. 159, inciso I, da Constituição Federal.”

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2015, que deu origem à Lei nº 13.254, de 13 de janeiro de 2016, estipulava no § 1º do art. 8º que a arrecadação decorrente da multa prevista no seu *caput* seguiria a destinação conferida ao imposto de renda previsto no art. 6º da mesma norma, inclusive para compor o Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e o Fundo de Participação dos Municípios.

Contudo, o dispositivo foi vetado pela Presidente da República sob o argumento de que, tendo em vista a natureza jurídica da multa devida em decorrência da adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT), sua arrecadação não deveria ter, necessariamente, a mesma destinação conferida àquela oriunda do imposto de renda.

Esse veto frustrou as expectativas de governadores e prefeitos, que estão administrando finanças combalidas.

O Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2016, reabre o prazo para adesão ao RERCT por mais 150 (cento e cinquenta) dias, além de aumentar a alíquota do imposto de renda prevista na Lei nº 13.254, de 2016, de 15% para 17,5%. Como a multa prevista no art. 8º da mencionada Lei corresponde a 100% do valor do imposto devido, o seu percentual também passará a



equivaler a 17,5% do montante a ser regularizado. Porém, a multa continua sendo direcionada apenas para os cofres da União, razão pela qual propomos esta emenda para destinar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios 49% dos valores arrecadados a seu título, obtidos durante o novo prazo, tudo nos termos do art. 159, inciso I, da Constituição Federal.

Sala da Comissão,

Senador VALDIR RAUPP

